

**Análise bibliográfica das representações sociais a respeito da saúde mental e  
loucura no Brasil: uma perspectiva pró-reforma psiquiátrica**

Ellysane Santos Damião  
Faculdade da Região Sisaleira, Bahia, Brasil  
Endereço eletrônico: ellysane.damiao@faresi.edu.br

Geisiane Mota Ramos Damião  
Faculdade da Região Sisaleira, Bahia, Brasil  
Endereço eletrônico: geisiane.damiao@faresi.edu.br

Gleysla Silva Ramos  
Faculdade da Região Sisaleira, Bahia, Brasil  
Endereço eletrônico: gleysla.ramos@faresi.edu.br

Janderson Carneiro de Oliveira  
Faculdade da Região Sisaleira, Bahia, Brasil  
Endereço eletrônico: janderson.oliveira@faresi.edu.br

1426

**Palavras-chave:** Reforma psiquiátrica. Loucura. Representações sociais. Transtornos mentais. Saúde mental

## INTRODUÇÃO

O tema trata-se de popularizar os sujeitos em adoecimento psíquico: marginalizados da convivência em sociedade a muitos anos, os indivíduos por carregarem em si os estigmas e representações sociais da loucura por parte da excludente e preconceituosa sociedade brasileira, tornaram-se socialmente indesejáveis, taxados pejorativamente como “perigosos”, “incapazes”, “desnecessários” e “improdutivos”.

A lei nº 10.216 de 6 de abril de 2001 regulamenta a conhecida “Reforma Psiquiátrica”. O objetivo principal da regulamentação visa deixar distanciado o manicômio como principal alternativa para o tratamento dos transtornos mentais e abrir portas para um modelo de tratamento mais democrático e humanizado, a chamada alternativa psicossocial, a qual busca uma intervenção terapêutica sem privar os sujeitos de sua liberdade. Sendo assim, a reforma Psiquiátrica, ao lidar com esse grupo, intenta

**Realização:**



**Apoio:**



trazer a dignidade e cidadania por meio do tratamento psiquiátrico substitutivo em liberdade através dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) os quais se enquadram em uma série de serviços disponíveis para o cumprimento da referida Lei: As Redes de Atenção Psicossocial (RAPS).

Nesse contexto, o presente estudo objetiva evidenciar as representações que são elementos sociais, alocadas em um viés cognitivo, que precisam ser estudadas em seu contexto de produção, bem como as funções simbólicas e ideológicas cuja a ela se relaciona, como também sobre o que socialmente é denominado a loucura por um viés foucaultiano.

1427

## **METODOLOGIA**

A fim de viabilizar os objetivos estabelecidos para este estudo, foi realizada no mês de maio de 2024, uma vasta pesquisa bibliográfica sobre o tema escolhido na plataforma SciELO, por meio dos descritores Reforma Psiquiátrica, Representações sociais e Doença Mental. Os principais autores que embasaram essa pesquisa foram Spink(1993), Sousa, Maciel, Medeiros e Vieira (2016), Masini e Goulart (2022), Maia e Avellar (2013), Rocha, Stumpf e Passos, (2013) Ferreira e Noro (2013), além dos doutores na área da saúde coletiva Gama, Campos e Ferrer (2014).

Essa é uma pesquisa de caráter bibliográfico, cujo enfoque exigiu dos pesquisadores conhecimento prévio acerca da relevância do psicólogo no tratamento da saúde mental baseado no modelo psicossocial e não biomédico.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Primordialmente, é evidente que as representações sociais acerca do doente mental são carregadas de preconceitos, medo e exclusão que estão vinculadas ao paradigma biomédico, referenciando ao que vem acontecendo em relação ao campo da saúde mental no Brasil, onde a ótica biomédica ainda persiste, enquanto o paradigma psicossocial proposto pela Reforma Psiquiátrica, ainda não foi plenamente aplicado.

Nessa perspectiva, é preciso salientar que a Política Nacional de Saúde Mental é fruto da luta antimanicomial, desenvolvida a partir de mobilizações sociais em defesa do

**Realização:**



**Apoio:**



cuidado em liberdade, inserindo-se em um escopo de problematizações sobre como a sociedade lida com a diversidade dos modos de existências. A atenção às pessoas com demandas em saúde mental, álcool e outras drogas encontram sustentação entre paradigmas distintos: Paradigma Psiquiátrico Hospitalocêntrico Medicalizador e o Paradigma Psicossocial. O Paradigma Psiquiátrico Hospitalocêntrico Medicalizador compreende “o transtorno mental como objeto e meio disciplinar com a intervenção, produzindo relações interinstitucionais hierarquizadas em sentido verticalizado.”

Assim sendo, a Política Nacional de Saúde Mental, mostra-se contrária ao Paradigma Psicossocial, construído nos espaços de controle social, como as Conferências Nacionais em Saúde Mental, tendo em vista que reforça o modelo evidente dos manicômios e comunidades terapêuticas, atendendo aos interesses da indústria da loucura segundo Foucault (1977), fortalecendo as práticas médico-centradas e a indústria farmacêutica e o corporativismo das entidades de especialistas.

Outrossim, o debate psicopatológico fica abolido em favor do diagnóstico. A influência que a abordagem psicanalítica exercia na psicopatologia até a década de 1960, é substituída de maneira brusca pela influência da psicofarmacologia. Novas entidades nosológicas são criadas sem levar em consideração a dinâmica nem a estrutura da doença.

Em síntese, é importante destacar que ainda neste cerne, a fragilização na condução de algumas iniciativas de formação em saúde mental que, até 2016, vinham em curso no país, isto configura-se como estratégia no fortalecimento da Política Nacional de Saúde Mental. Os Programas de Residência Multiprofissional em Saúde Mental fazem parte destas iniciativas de formação, segundo Feuerwerker e Da Ros (2009), tendo como norte a integralidade do cuidado, defesa da pluralidade da vida e cidadania das pessoas que apresentam demandas em saúde mental, álcool e outras drogas, em um processo de invenção cultural e social como corrobora Ceccim (2009).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com o objetivo de ampliar o conhecimento acerca das representações sociais no tocante da saúde mental e loucura no Brasil, esta pesquisa é imprescindível para a compreensão das nuances da pró-reforma psiquiátrica, uma vez que historicamente, os sujeitos em adoecimento mental, foram amplamente excluídos e vítimas de preconceito

**Realização:**



**Apoio:**



da sociedade.

Assim sendo, é importante compreender que é necessário uma ação coletiva para superar os preconceitos consolidados e construir uma sociedade mais justa e inclusiva para todos, entretanto, mesmo com a redução dos leitos psiquiátricos ao longo dos anos, ainda é evidente a existência de representações sociais pautadas no preconceito, que afirmam que a medicalização e isolamento desses indivíduos como formas adequadas de tratamento, dificultando o reconhecimento da dignidade dos sujeitos em adoecimento psíquico e consequentemente contribuindo para a exclusão social.

1429

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei N°10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2001.

DESINSTITUTE lança publicação digital “Desinstitucionalização - Da saída do manicômio à vida na cidade: estratégias de gestão e de cuidado”. **Desinstitute**, 2023. Disponível em: [https://desinstitute.org.br/noticias/desinstitute-lanca-publicacao-digital-desinstitucionalizacao-da-saida-do-manicomio-a-vida-na-cidade-estrategias-de-gestao-e-de-cuidado/?gad\\_source=1&gclid=CjwKCAjwo6GyBhBwEiwAzQTmc1Vt1w9ud6jCBbndxiaC bAU72UcnB15Mi-c4kLru32B3VreDFlavZxoC4igQAvD\\_BwE](https://desinstitute.org.br/noticias/desinstitute-lanca-publicacao-digital-desinstitucionalizacao-da-saida-do-manicomio-a-vida-na-cidade-estrategias-de-gestao-e-de-cuidado/?gad_source=1&gclid=CjwKCAjwo6GyBhBwEiwAzQTmc1Vt1w9ud6jCBbndxiaC bAU72UcnB15Mi-c4kLru32B3VreDFlavZxoC4igQAvD_BwE). Acesso em: 18 de mai. 2024.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: <https://docente.ifrn.edu.br/mauriciofacanha/ensino-superior/redacao-cientifica/livros/gil-a.-c.-como-elaborar-projetos-de-pesquisa.-sao-paulo-atlas-2002./view>. Acesso em: 26 de mai. 2024.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R.C.T Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katál**, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 37 – 45, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/HSF5Ns7dkTNjQVpRyvhc8RR/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26 de mai. 2024.

PAINEL de Saúde Mental: 20 anos da Lei 10.216/01. **Desinstitute**, 2021. Disponível em: <https://desinstitute.org.br/noticias/painel-saude-mental-20-anos-da-lei-10-216/#:~:text=O%20Painel%20Sa%C3%BAde%20Mental%20%E2%80%93%20campo%20psicossocial%20eram%20negligenciados%20pelo>. Acesso em: 18 de maio. 2024.

SPINK, Mary Jane P. O Conceito de Representação Social na Abordagem Psicossocial. **Cad. de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n.3, p. 300-308, set. 1993. Disponível em:

Realização:



Apoio:



<https://www.scielo.br/j/csp/a/3V55mtPK8KXtksmhbcctkj/?lang=pt>. Acesso em: 25 mai. 2024.

SOUSA, P. F.; MACIEL, S. C.; MEDEIROS, K. T.; VIEIRA, G. L. S. Atitudes e Representações em Saúde Mental: Um Estudo com Universitários. **Psico-USF**, João Pessoa, v.21, n.3, p. 527 - 538, set. / dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psuf/a/9gbRXnQnYHt96vg97wCvKHz/>. Acesso em: 27 mai. 2024.

MASINI, Daniela Viecili C.; GOULART, Daniel Magalhães. ENSINO CUIDADO E SUBJETIVIDADE NO CAMPO DA MEDICINA: UM ESTUDO DE CASO. **Psicologia em Estudo**, Brasília, v. 28, p. 1 - 15, out. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/TNHvqSFrJgfdvKvfx3pJpSP/>. Acesso em: 24 mai. 2024.

FERREIRA, Thayane Pereira da Silva. NORO, Luiz Roberto Augusto. Formação em saúde mental pelas residências multiprofissionais: contexto de contrarreforma psiquiátrica e defesa da atenção psicossocial. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 32, supl. 2, e230303pt, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/HtJmjfpfcpXXQzSszbQZf9F/>. Acesso em: 30 mai. 2024.

GAMA, Carlos Alberto P. CAMPOS, Rosana Teresa O. FERRER, Ana Luiza. Saúde Mental e Vulnerabilidade Social: a direção do tratamento. **Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.**, São Paulo, 17 (1), 69-84, mar. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/HtJmjfpfcpXXQzSszbQZf9F/>. Acesso em: 30 mai. 2024.

PASSOS, Alan de Freitas. Vitimização de doentes mentais. **Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte, volume do exemplar, número do exemplar, p. (página inicial e final do artigo), 30, out./2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rpc/a/STYtPyKs7vFccgjWDNtMQ8B/?lang=pt>. Acesso em: 30 mai. 2024.

Realização:



Apoio:

